



Concurso Público para provimento de cargos de  
**Analista Judiciário**  
**Área Administrativa**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'C03', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

**P R O V A**

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos  
Discursiva - Redação

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva - Redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

## ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva - Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva - Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

**Atenção:** Para responder às questões de números 1 a 5, considere o texto abaixo.

*Ainda aluna de medicina, Nise da Silveira se horrorizou ao ver o professor abrir com um bisturi o corpo de uma jia e deixar à mostra, pulsando, seu pequenino coração.*

*Esse fato define a mulher que iria revolucionar o tratamento da esquizofrenia e pôr em questão alguns dogmas estéticos em vigor mesmo entre artistas antiacadêmicos e críticos de arte.*

*A mesma sensibilidade à flor da pele que a fez deixar, horrorizada, a aula de anatomia, levou-a a se opor ao tratamento da esquizofrenia em voga na época em que se formou: o choque elétrico, o choque insulínico, o choque de colabiosol e, pior do que tudo, a lobotomia, que consistia em seccionar uma parte do cérebro do paciente. Tomou-se de revolta contra tais procedimentos, negando-se a aplicá-los nos doentes a ela confiados. Foi então que o diretor do hospital, seu amigo, disse-lhe que não poderia mantê-la no emprego, a não ser em outra atividade que não envolvesse o tratamento médico. – Mas qual?, perguntou ela. – Na terapia ocupacional, respondeu-lhe o diretor.*

*A terapia ocupacional, naquela época, consistia em pôr os internados para lavar os banheiros, varrer os quartos e arrumar as camas. Nise aceitou a proposta e, em pouco tempo, em lugar de faxina, os pacientes trabalhavam em ateliês improvisados, pintando, desenhando, fazendo modelagem com argila e encadernando livros. Desses ateliês saíram alguns dos artistas mais criativos da arte brasileira, cujas obras passaram a constituir o hoje famosíssimo Museu de Imagens do Inconsciente do Centro Psiquiátrico Nacional, situado no Engenho de Dentro, no Rio.*

*É que sua visão da doença mental diferia da aceita por seus companheiros psiquiatras. Enquanto, para estes, a loucura era um processo progressivo de degenerescência cerebral, que só se poderia retardar com a intervenção direta no cérebro, ela via de outro modo, confiando que o trabalho criativo e a expressão artística contribuiriam para dar ordem e equilíbrio ao mundo subjetivo e afetivo tumultuado pela doença.*

*Por isso mesmo acredito que o elemento fundamental das realizações e das concepções de Nise da Silveira era o afeto, o afeto pelo outro. Foi por não suportar o sofrimento imposto aos pacientes pelos choques que ela buscou e inventou outro caminho, no qual, em vez de ser vítima da truculência médica, o doente se tornou sujeito criador, personalidade livre capaz de criar um universo mágico em que os problemas insolúveis arrefeciam.*

(Adaptado de: GULLAR, Ferreira. **A Cura pelo Afeto**. Resmungos, São Paulo: Imprensa Oficial, 2007)

1. De acordo com o texto, Nise da Silveira
  - (A) propôs a prática artística como coadjuvante no tratamento de doenças mentais, ao lado dos procedimentos em voga à sua época.
  - (B) introduziu mudanças na psiquiatria, deixando de ver a loucura como um processo de degeneração mental, além de pôr em xeque ditames da arte de seu tempo.
  - (C) passou a trabalhar tendo como parâmetro os afetos dos pacientes, a despeito da prática artística envolvida no tratamento da esquizofrenia.
  - (D) praticou o que havia de mais atual em termos de tratamento psiquiátrico, o que pressupunha o contato com artistas consagrados de então.
  - (E) encontrou, já nas primeiras aulas de psiquiatria, o fundamento de sua visão sobre terapia ocupacional, qual seja, a aceitação racional da doença por parte do paciente.
2. O autor do texto considera que
  - (A) os avanços obtidos por Nise da Silveira, por dizerem respeito ao tratamento de esquizofrenia, devem ser vistos com cautela em termos artísticos.
  - (B) a dimensão afetiva fez com que os pacientes passassem a se adequar aos tratamentos psiquiátricos em voga, o que foi uma grande conquista em termos de terapia ocupacional.
  - (C) o afeto pelo outro foi o diferencial oferecido por Nise da Silveira, que fez com que seus pacientes se tornassem verdadeiros agentes em seus próprios tratamentos.
  - (D) a subjetividade tumultuada dos doentes adquiria ordem e equilíbrio quando eram submetidos a tratamentos clínicos, muito embora isso arrefecesse sua capacidade artística.
  - (E) a arte contribui para a criação de um universo imaginário que distrai os pacientes do cerne de sua condição, servindo de cura para suas enfermidades.
3. O segmento que explicita a causa de um acontecimento anterior é:
  - (A) ... que ela buscou e inventou outro caminho... (6º parágrafo)
  - (B) É que sua visão da doença mental diferia da aceita por seus companheiros psiquiatras. (5º parágrafo)
  - (C) ... que o elemento fundamental das realizações e das concepções de Nise da Silveira era o afeto... (6º parágrafo)
  - (D) Desses ateliês saíram alguns dos artistas mais criativos da arte brasileira... (4º parágrafo)
  - (E) ... fazendo modelagem com argila e encadernando livros. (4º parágrafo)



4. Ainda aluna de medicina, Nise da Silveira se horrorizou ao ver o professor abrir com um bisturi o corpo de uma jia e deixar à mostra, pulsando, seu pequenino coração.

Uma redação alternativa para a frase acima, mantendo-se a correção gramatical e, em linhas gerais, o sentido original, está em:

- (A) Ao ver o professor, que abria com um bisturi o corpo de uma jia, a ponto de deixar à mostra seu pequenino coração, Nise da Silveira horrorizou-se ainda por ser aluna de medicina.
- (B) Sendo ainda aluna de medicina, Nise da Silveira horrorizou-se, de modo a ver o professor abrir, com um bisturi, pulsando, o corpo de uma jia, e deixar à mostra seu pequenino coração.
- (C) Ainda quando era aluna de medicina, Nise da Silveira se horrorizou, posto que visse o professor abrir, com um bisturi, o corpo de uma jia, deixando exposto seu pequenino coração.
- (D) Enquanto ainda era aluna de medicina, Nise da Silveira horrorizou-se quando viu o corpo de uma jia ser aberto pelo professor, com um bisturi, deixando à mostra seu pequenino coração pulsante.
- (E) Quando visse o professor abrir com um bisturi o corpo de uma jia, de maneira a expor seu pequenino coração pulsante, Nise da Silveira, enquanto ainda fora aluna de medicina, horrorizou-se.

5. *Desses ateliês saíram alguns dos artistas mais criativos...*

O segmento cujo verbo possui, no contexto, o mesmo tipo de complemento do grifado acima é:

- (A) *...sua visão da doença mental diferia da aceita por seus companheiros...*
- (B) *... em que os problemas insolúveis arrefeciam.*
- (C) *... a loucura era um processo progressivo de degenerescência...*
- (D) *... e inventou outro caminho...*
- (E) *... o doente se tornou sujeito criador, personalidade livre...*

**Atenção:** Para responder às questões de números 6 a 11, considere o texto abaixo.

No texto abaixo, Graciliano Ramos narra seu encontro com Nise da Silveira.

*Chamaram-me da porta: uma das mulheres recolhidas à sala 4 desejava falar comigo. Estranhei. Quem seria? E onde ficava a sala 4? Um sujeito conduziu-me ao fim da plataforma, subiu o corrimão e daí, com agilidade forte, galgou uma janela. Esteve alguns minutos conversando, gesticulando, pulou no chão e convidou-me a substituí-lo. Que? Trepar-me àquelas alturas, com tamancos?*

*Examinei a distância, receoso, descalcei-me, resolvi tentar a difícil acrobacia. A desconhecida amiga exigia de mim um sacrifício; a perna, estragada na operação, movia-se lenta e perra; se me desequilibrasse, iria esborrachar-me no pavimento inferior. Não houve desastre. Numa passada larga, atingi o vão da janela; agarrei-me aos varões de ferro, olhei o exterior, zozzo, sem perceber direito por que me achava ali. Uma voz chegou-me, fraca, mas no primeiro instante não atinei com a pessoa que falava. Enxerguei o pátio, o vestibulo, a escada já vista no dia anterior. No patamar, abaixo de meu observatório, uma cortina de lona ocultava a Praça Vermelha. Junto, à direita, além de uma grade larga, distingui afinal uma senhora pálida e*

*magra, de olhos fixos, arregalados. O rosto moço revelava fadiga, aos cabelos negros misturavam-se alguns fios grisalhos. Referiu-se a Maceió, apresentou-se:*

*– Nise da Silveira.*

*Noutro lugar o encontro me daria prazer. O que senti foi surpresa, lamentei ver minha conterrânea fora do mundo, longe da profissão, do hospital, dos seus queridos loucos. Sabia-a culta e boa, Rachel de Queiroz me afirmara a grandeza moral daquela pessoinha tímida, sempre a esquivar-se, a reduzir-se, como a escusar-se de tomar espaço. Nunca me havia aparecido criatura mais simpática. O marido, também médico, era meu velho conhecido Mário Magalhães. Pedi notícias dele: estava em liberdade. E calei-me, num vivo constrangimento.*

*De pijama, sem sapatos, seguro à verga preta, achei-me ridículo e vazio; certamente causava impressão muito infeliz. Nise, acanhada, tinha um sorriso doce, fitava-me os bugalhos enormes, e isto me agravava a perturbação, magnetizava-me. Balbuciei imprecisões, guardou silêncio, provavelmente se arrependeu de me haver convidado para deixar-me assim confuso.*

(RAMOS, Graciliano, **Memórias do Cárcere**, vol. 1. São Paulo, Record, 1996, p. 340 e 341)

6. De acordo com o texto,

- (A) Nise da Silveira apresenta-se a Graciliano Ramos, que se sente constrangido por não saber quem ela é, enquanto ela demonstra já conhecê-lo.
- (B) Graciliano Ramos arrepende-se de conhecer pessoalmente Nise da Silveira, muito embora ela tenha demonstrado simpatia por sua situação.
- (C) Nise da Silveira passa a guardar silêncio ao perceber que o escritor, descalço e de pijama, encontrava-se bastante infeliz.
- (D) defronte a sua nova amiga, o escritor sente-se pouco à vontade, uma vez que não possuíam afinidades profissionais, tampouco suspeitavam a razão de estarem no mesmo lugar.
- (E) o encontro entre Graciliano Ramos e Nise da Silveira ocorreu de maneira inusitada para o escritor, que se mostrou constrangido em virtude da situação em que se encontravam.

7. Considere as afirmações abaixo.

- I. No trecho *Chamaram-me da porta: uma das mulheres recolhidas à sala 4 desejava falar comigo. Estranhei. Quem seria? E onde ficava a sala 4?* (1º parágrafo), a pontuação contribui para o clima de perplexidade pretendido pelo narrador.
- II. As perguntas *Que? Trepar-me àquelas alturas, com tamancos?* (1º parágrafo) são retóricas, de maneira que se podem suprimir os pontos de interrogação.
- III. No segmento *...olhei o exterior, zozzo, sem perceber direito porque me achava ali* (2º parágrafo), a vírgula imediatamente após “exterior” pode ser suprimida, sem prejuízo para o sentido original.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) II e III.
- (D) I e II.
- (E) I e III.



8. *Sabia-a culta e boa, Rachel de Queiroz me afirmara a grandeza moral daquela pessoinha tímida...*

Atribuindo-se caráter hipotético ao trecho acima, mantém-se a correção gramatical substituindo-se os elementos grifados pelo que se encontra em:

- (A) *Saberia-a* – *tinha-me afirmado*  
 (B) *Tê-la-ia sabido* – *teria-me afirmado*  
 (C) *Sabê-la-ia* – *me afirmaria*  
 (D) *Saberia-a* – *ter-me-ia afirmada*  
 (E) *Sabê-la-ia* – *me teria afirmado*

9. *... lamentei ver minha conterrânea... / ... atingi o vão da janela... / ... aos cabelos negros misturavam-se alguns fios grisalhos.*

Fazendo-se as alterações necessárias, os segmentos grifados podem ser substituídos, respectivamente, pelos seguintes pronomes:

- (A) -la – -lo – -lhe  
 (B) -a – -la – -os  
 (C) -la – -o – -lhes  
 (D) -a – -o – -lhes  
 (E) -la – -lo – -los

10. *De pijama, sem sapatos, seguro à verga preta, achei-me ridículo e vazio; certamente causava impressão muito infeliz.*

Uma redação alternativa para a frase acima, em que se mantém a correção e, em linhas gerais, o sentido original, está em:

- (A) Quando estive de pijama, sem sapatos e seguro à verga preta, achei-me ridículo e vazio, não obstante, certamente, causara impressão muito infeliz.  
 (B) Estando de pijama, sem sapatos, seguro à verga preta, achei-me ridículo e vazio, se certamente causava impressão muito infeliz.  
 (C) Causava, certamente, impressão muito infeliz: estava de pijama, sem sapatos e seguro à verga preta, por que me achasse ridículo e vazio.  
 (D) Achei-me ridículo e vazio, uma vez que estava de pijama, sem sapatos e seguro à verga preta, de maneira que causava, certamente, impressão muito infeliz.  
 (E) Causava, certamente, impressão muito infeliz o fato de me achar ridículo e vazio, uma vez que estava de pijama, sem sapatos e seguro à verga preta.

11. A voz reflexiva está empregada em:

- (A) *... fitava-me os bugalhos enormes...* (último parágrafo)  
 (B) *A desconhecida amiga exigia de mim um sacrifício...* (2º parágrafo)  
 (C) *Uma voz chegou-me, fraca...* (2º parágrafo)  
 (D) *Nunca me havia aparecido criatura mais simpática.* (4º parágrafo)  
 (E) *... achei-me ridículo e vazio...* (último parágrafo)

12. Sentava-se mais ou menos ..... distância de cinco metros do professor, sem grande interesse. Estudava de manhã, e ..... tardes passava perambulando de uma praça ..... outra, lendo algum livro, percebendo, vez ou outra, o comportamento dos outros, entregue somente ..... descrição de si mesmo.

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

- (A) a – às – à – a  
 (B) à – as – a – à  
 (C) a – as – à – a  
 (D) à – às – a – à  
 (E) a – às – a – a

Atenção: Para responder às questões de números 13 e 14, considere o poema abaixo.

**Errância**

*Só porque  
 erro  
 encontro  
 o que não se  
 procura*

*só porque  
 erro  
 invento  
 o labirinto*

*a busca  
 a coisa  
 a causa da  
 procura*

*só porque  
 erro  
 acerto: me  
 construo*

*Margem de  
 erro: margem  
 de liberdade.*

(FONTELA, Orides, **Poesia Reunida**, São Paulo, CosacNaify, 2006, p. 202)

13. De acordo com o poema,

- (A) construir-se significa aprender com os erros, evitando-os de maneira a não comprometer sua liberdade.  
 (B) o erro, como eliminação de uma possibilidade falha, constitui um mecanismo de aferição na busca pelas coisas certas.  
 (C) o erro, ao desviar-se de uma finalidade predeterminada, abre a possibilidade do caminho inusitado, identificado aqui com a liberdade.  
 (D) acertar envolve dificuldades equiparáveis às de um labirinto, cuja única saída é aqui identificada com a liberdade.  
 (E) erro e acerto são noções imprecisas, comparáveis a um labirinto conceitual, e sua compreensão depende da finalidade de cada busca.

14. Considere as afirmações abaixo.

- I. A terceira estrofe do poema (*A busca / a coisa / a causa da / procura*) pode ser entendida como uma explicação do que seja o labirinto.  
 II. Nas duas últimas estrofes, os dois-pontos introduzem não apenas uma explicação, mas também uma consequência do que é dito anteriormente.  
 III. Em prosa, mantendo-se a correção e o sentido, as duas primeiras estrofes podem ser reescritas do seguinte modo: “*Só porque erro, encontro, o que não se procura só, porque erro invento, o labirinto*”.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.  
 (B) I e III.  
 (C) III.  
 (D) II.  
 (E) II e III.



### Raciocínio Lógico-Matemático

15. Se o diretor está no escritório, então Rodrigo não joga no computador e Tomás não ouve rádio. Se Tomás não ouve rádio, então Gabriela pensa que Tomás não veio. Se Gabriela pensa que Tomás não veio, então ela fica mal humorada. Gabriela não está mal humorada. A partir dessas informações, é possível concluir, corretamente, que
- (A) o diretor não está no escritório e Tomás não ouve rádio.
- (B) Gabriela pensa que Tomás não veio e Tomás não ouve rádio.
- (C) o diretor está no escritório e Tomás ouve rádio.
- (D) Tomás não ouve rádio e Gabriela não pensa que Tomás não veio.
- (E) o diretor não está no escritório e Gabriela não pensa que Tomás não veio.

16. Mapeando 21 funcionários quanto ao domínio das habilidades A, B e C, descobriu-se que nenhum deles dominava, simultaneamente, as três habilidades. Já com domínio de duas habilidades simultâneas há, pelo menos, uma pessoa em todas as possibilidades. Também há quem domine apenas uma dessas habilidades seja qual habilidade for. O intrigante no mapeamento é que em nenhum grupo, seja de domínio de uma ou de duas habilidades, há número igual de pessoas. Sabendo-se que o total daqueles que dominam a habilidade A são 12 pessoas e que o total daqueles que dominam a habilidade B também são 12 pessoas, o maior número possível daqueles que só dominam a habilidade C é igual a
- (A) 3.
- (B) 1.
- (C) 2.
- (D) 4.
- (E) 5.

17. Jorge é o funcionário responsável por criar uma senha mensal de acesso ao sistema financeiro de uma empresa. A senha deve ser criada com 8 caracteres alfanuméricos. Jorge cria as senhas com um padrão dele e não divulgou. Observe as senhas de quatro meses seguidos.

Janeiro: 008CA511  
 Fevereiro: 014DB255  
 Março: 026EC127  
 Abril: 050FD063

Jorge informou que as senhas seguem um padrão sequencial, mês a mês. Sendo assim, a única alternativa que contém 3 caracteres presentes na senha preparada para o mês de Junho é

- (A) 1 - I - 6
- (B) 9 - H - 5
- (C) 1 - G - 2
- (D) 4 - F - 3
- (E) 8 - J - 1

### Noções de Gestão Pública

18. NÃO se inclui no ciclo PDCA, também conhecido como Ciclo da Melhoria Contínua, a etapa de
- (A) execução, que implementa as atividades propostas no planejamento.
- (B) planejamento, que estabelece objetivos, metas e os meios para alcançá-los.
- (C) diagnóstico, que identifica o potencial de crescimento, bem como as falhas existentes e dimensiona o tempo necessário para a melhoria do processo.
- (D) controle/verificação, que controla e monitora a execução e verifica o grau de cumprimento do que foi planejado.
- (E) ação avaliativa/corretiva, que identifica eventuais falhas e as corrige, a fim de melhorar a execução.

19. Acerca do conceito de Gestão por Competências, considere:
- I. Objetiva mapear as competências necessárias para a organização, identificar as competências já disponíveis e gerenciar, com vistas a eliminar, as lacunas ou *gaps* identificados.
- II. Possui foco no aprendizado e aprimoramento constante do empregado, realizando, como etapa vinculada à remuneração por resultados, o mapeamento das competências adquiridas.
- III. Aplica-se, também, às ações de recrutamento e seleção de pessoal, como forma de minimizar as lacunas de competência identificadas na organização.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) III.
- (E) II.

20. A gestão de projetos pode ser entendida como uma área especializada da Administração, definida por Ricardo Vargas (2002) como "um conjunto de ferramentas gerenciais que permitem que a empresa desenvolva um conjunto de habilidades, incluindo conhecimento e capacidades individuais, destinados ao controle de eventos não repetitivos, únicos e complexos, dentro de um cenário de tempo, custo e qualidade predeterminada". Existem diversas metodologias para gerenciamento de projetos, entre as mais difundidas:

- (A) PMBOK, que consiste em um programa de certificação de projetos de acordo com o seu grau de maturidade, buscando o aperfeiçoamento da gestão.
- (B) Programa 5S, que objetiva aumentar a produtividade, otimizando os insumos necessários para a realização de um projeto.
- (C) Reengenharia, que propõe abandonar os processos existentes, aplicando o princípio da "folha em branco" para definir a melhor forma de gerenciar um projeto.
- (D) *Critical Path Method* – CPM, diretamente relacionada com o planejamento do tempo do projeto, no sentido de minimizar o tempo total de sua duração, utilizando o conceito de caminho crítico.
- (E) *Business Process Management* – BMP, que divide os projetos em 3 dimensões: principal, secundário e gerencial.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Constitucional**

21. O sistema de controle interno engendrado pela Constituição Federal, mantido de forma integrada pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, tem, dentre as suas finalidades, a de
- (A) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na Administração direta e indireta.
  - (B) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei.
  - (C) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
  - (D) representar a União, em sistema rotativo, na execução da dívida ativa de natureza tributária.
  - (E) receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas.
22. Anita Fernanda, nascida em Goiânia há 26 anos, é *designer* de moda no Brasil. Na semana passada, recebeu um convite para morar na Europa e trabalhar em uma agência de moda que desenha figurinos para os principais desfiles de Paris. No entanto, o país em que trabalhará exigiu que Anita se naturalizasse para nele permanecer e exercer sua atividade profissional. Antes de aceitar a proposta para o novo emprego, Anita consulta sua advogada, questionando-a sobre as possíveis consequências decorrentes de um pedido de naturalização. Nesta hipótese, à luz do que dispõe a Constituição Federal, a advogada informa que Anita
- (A) terá declarada a perda da nacionalidade brasileira.
  - (B) terá declarada a suspensão da nacionalidade brasileira, apenas enquanto não cancelar a naturalização do país em que trabalhará.
  - (C) terá declarada a suspensão da nacionalidade brasileira até o momento em que retornar ao Brasil, quando, então, poderá optar, novamente, pela nacionalidade brasileira.
  - (D) perderá automaticamente a nacionalidade brasileira. Todavia, terá garantido o direito de solicitar a reanquirição da nacionalidade, junto ao Ministério da Justiça, assim que regressar ao Brasil definitivamente.
  - (E) não terá declarada a perda da nacionalidade brasileira.
23. Astolpho Lucio Gregório Coragem, jornalista de um dos mais importantes veículos de comunicação do País, denuncia, de forma veemente, em longa reportagem, atos de corrupção praticados em órgão público da alta Administração federal, sem revelar a sua fonte. De acordo com a norma constitucional vigente,
- (A) o jornalista sofrerá processo disciplinar e ação de improbidade por se utilizar de informações de fonte não revelada.
  - (B) por se tratar de crime contra a Administração pública, o jornalista é obrigado a revelar sua fonte de informações.
  - (C) o jornalista não é obrigado a revelar sua fonte de informações.
  - (D) o jornalista tem o dever de revelar ao Ministério da Defesa e ao Poder Judiciário sua fonte de informações em processo protegido pelo segredo de justiça.
  - (E) em razão da prerrogativa de foro das autoridades envolvidas nos atos de corrupção noticiados, o jornalista é obrigado a revelar sua fonte de informações.

24. Ludmila Iris Cosmópolis é sócia-gerente de uma pequena empresa, a qual, há dois meses, foi atuada por Leôncio Pafúncio, auditor fiscal do trabalho, em razão de haver três empregados sem registro no momento da fiscalização promovida pelo Ministério do Trabalho. Ludmila entende ser ilegal essa atuação, o que garante à empresa impetrar

- (A) mandado de segurança junto ao Tribunal Regional do Trabalho.
- (B) *habeas data* perante o Tribunal de Justiça do Estado.
- (C) mandado de segurança perante Vara do Trabalho.
- (D) *habeas data* perante Vara da Justiça Federal.
- (E) mandado de segurança perante o Tribunal Regional Federal.

25. Tarcísio Teatino, Procurador do Trabalho há mais de nove anos, é Professor Titular de Direito Processual do Trabalho em uma Universidade Federal. No exercício de sua função como Procurador, ajuizou ação civil pública com o objetivo de responsabilizar empresários que mantinham seus empregados em precárias condições de trabalho, o que gerou reação, por parte dos réus, os quais, por retaliação, estão tentando, pela via administrativa, afastá-lo de suas funções, com o argumento de que ele está acumulando indevidamente função pública, ou, então, pelo menos, obter sua remoção para outra cidade. Com base no regime constitucional que rege a matéria, Tarcísio

- (A) pode acumular a função pública de Procurador do Trabalho com a de magistério, e, além disso, não poderá ser lotado em outra cidade, por gozar da garantia da inamovibilidade.
- (B) só poderá perder o cargo por sentença transitada em julgado, mas, como é indevida a acumulação de funções, poderá ser lotado em outra cidade, por decisão administrativa.
- (C) poderá, por decisão administrativa, perder o cargo, em razão do acúmulo indevido de funções públicas, por não ser detentor de vitaliciedade.
- (D) poderá perder o cargo, por ser inamovível, em decorrência do acúmulo indevido de funções públicas, mediante autorização do órgão colegiado competente, com o voto da maioria absoluta de seus membros.
- (E) poderá optar entre o cargo de Procurador do Trabalho e o de Professor de Universidade Federal, a fim de não ser demitido ou de ser lotado em outra cidade.

**Noções de Direito do Trabalho**

26. De acordo com a previsão da Consolidação das Leis do Trabalho, os adicionais de insalubridade e de periculosidade incidem, respectivamente, sobre o salário

- (A) normativo e o salário mínimo.
- (B) mínimo e o salário base.
- (C) profissional e o salário normativo.
- (D) base e o salário mínimo.
- (E) mínimo, em ambos os casos.



<p>27. No tocante às férias, é correto afirmar:</p> <p>(A) O empregador pode descontar da remuneração das férias o valor correspondente às faltas do empregado ao serviço.</p> <p>(B) O período de férias não é computado como tempo de serviço.</p> <p>(C) Aos maiores de 50 anos e aos menores de 18 anos, as férias devem ser concedidas de uma só vez.</p> <p>(D) A escolha da data de início das férias é uma prerrogativa do empregado.</p> <p>(E) As férias podem ser divididas em até três períodos, desde que o total não seja superior a trinta dias.</p>	<p>32. O contrato de trabalho por prazo determinado, prorrogado mais de uma vez,</p> <p>(A) é nulo de pleno direito.</p> <p>(B) deve ser registrado no Ministério do Trabalho e Emprego.</p> <p>(C) rescinde-se pelo decurso do prazo.</p> <p>(D) torna-se anulável.</p> <p>(E) passa a vigorar sem determinação de prazo.</p>
<p>28. As despesas resultantes da transferência do empregado devem ser pagas</p> <p>(A) exclusivamente pelo empregador.</p> <p>(B) exclusivamente pelo empregado.</p> <p>(C) pelo empregador, desde que haja no contrato de trabalho condição de transferibilidade.</p> <p>(D) pelo empregado apenas nos casos expressamente previstos em lei e pelo empregador nos demais casos em geral.</p> <p>(E) metade pelo empregado e metade pelo empregador.</p>	<p style="text-align: center;"><b>Noções de Direito Administrativo</b></p> <p>33. André, servidor público do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, acumulou ilegalmente seu cargo com outro no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas. O TRT tomou conhecimento da infração, no entanto, não tomou providência, já tendo transcorrido o prazo de dois anos da ciência. Na hipótese narrada e nos termos da Lei nº 8.112/90, a ação disciplinar</p> <p>(A) pende de condição suspensiva, pois é necessário aguardar a ciência do TJ (Tribunal de Justiça de Alagoas) para adotar eventual medida administrativa.</p> <p>(B) está prescrita, pois, no caso narrado, o prazo prescricional é de dois anos.</p> <p>(C) está prescrita, pois, no caso narrado, o prazo prescricional é de cento e oitenta dias.</p> <p>(D) não está prescrita.</p> <p>(E) está prescrita, pois, no caso narrado, o prazo prescricional é de um ano.</p>
<p>29. Com relação aos turnos ininterruptos de revezamento, é assegurada a jornada de</p> <p>(A) oito horas diárias.</p> <p>(B) doze horas diárias.</p> <p>(C) seis horas diárias, salvo negociação coletiva.</p> <p>(D) oito horas diárias, salvo negociação coletiva.</p> <p>(E) oito horas diárias e quarenta semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.</p>	<p>34. Em determinado processo administrativo, a única parte interessada, Carolina, requereu a desistência total do pedido formulado e a extinção do processo, o que foi indeferido pela Administração pública, por entender necessário o prosseguimento do processo, em razão do interesse público envolvido. No segundo processo, com duas partes interessadas, uma delas requereu a desistência do pedido formulado, o que foi acolhido pela Administração extinguindo o feito e, portanto, estendendo o pedido de desistência também à outra parte interessada que não fez tal pleito. Nos termos da Lei nº 9.784/99, a postura da Administração pública está</p> <p>(A) correta no primeiro processo e incorreta no segundo.</p> <p>(B) incorreta nos dois processos administrativos.</p> <p>(C) correta nos dois processos administrativos.</p> <p>(D) incorreta no primeiro processo e correta no segundo.</p> <p>(E) correta no primeiro tão somente se Carolina concordar com o prosseguimento do feito, e correta no segundo.</p>
<p>30. Com relação à suspensão e interrupção do contrato de trabalho,</p> <p>(A) na suspensão do contrato de trabalho não há trabalho, mas há salário e conta-se tempo de serviço.</p> <p>(B) na interrupção do contrato de trabalho não há trabalho, mas há salário e conta-se tempo de serviço.</p> <p>(C) na interrupção do contrato de trabalho não há trabalho, não há salário e não se conta tempo de serviço.</p> <p>(D) não há diferença entre suspensão e interrupção do contrato de trabalho.</p> <p>(E) cessada a interrupção do contrato de trabalho ao empregado, são asseguradas, por ocasião de sua volta, todas as vantagens que, em sua ausência, tenham sido asseguradas aos demais empregados, o que não ocorre na suspensão do contrato de trabalho.</p>	<p>35. Francisco, servidor público federal, está sendo processado em ação de improbidade administrativa. Segundo o Ministério Público, autor da demanda, Francisco teria ordenado a realização de despesas não autorizadas em lei. Para que Francisco seja condenado pela Justiça, deve ficar provado que sua conduta foi</p> <p>(A) necessariamente dolosa, não sendo necessária a prova de eventual dano ao erário.</p> <p>(B) necessariamente culposa, não sendo necessária a prova de eventual dano ao erário.</p> <p>(C) necessariamente dolosa e causadora de dano ao erário.</p> <p>(D) dolosa ou culposa, não sendo necessária a prova de eventual dano ao erário.</p> <p>(E) dolosa ou culposa e causadora de prejuízo ao erário.</p>
<p>31. As empresas integrantes de grupo econômico são, para os efeitos da relação de emprego, responsáveis pelos direitos trabalhistas dos empregados. Essa responsabilidade é de natureza</p> <p>(A) subsidiária.</p> <p>(B) unitária.</p> <p>(C) concorrente.</p> <p>(D) solidária.</p> <p>(E) exclusiva.</p>	



36. Considere as seguintes assertivas, à luz da Lei nº 8.666/93:

- I. Na licitação modalidade convite, a Comissão de licitação, excepcionalmente, nas pequenas unidades administrativas e em face da exiguidade de pessoal disponível, poderá ser substituída por servidor formalmente designado pela autoridade competente.
- II. Os membros das Comissões de licitação responderão solidariamente por todos os atos praticados pela Comissão, salvo se posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião que tiver sido tomada a decisão.
- III. A investidura dos membros das Comissões não excederá a 1 (um) ano, vedada a recondução da totalidade de seus membros para a mesma comissão no período subsequente.
- IV. No caso de concurso, o julgamento será feito por uma comissão especial integrada por pessoas de reputação ilibada e reconhecido conhecimento da matéria em exame, obrigatoriamente servidores públicos.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) I e IV.
- (C) II.
- (D) I, III e IV.
- (E) I, II e III.

37. A Administração pública realizou, sem prévio procedimento licitatório, contratação verbal para compra de gêneros alimentícios, com entrega imediata, no valor total de R\$ 3.500,00. Nos termos da Lei nº 8.666/93, a contratação em questão é

- (A) válida, pois se caracteriza como inexigibilidade de licitação, sendo possível contrato verbal em razão do valor e das características da contratação.
- (B) inválida, pois não existe possibilidade de realização de contratos verbais na Administração pública.
- (C) válida, pois se caracteriza como dispensa de licitação, sendo possível contrato verbal em razão do valor e das características da contratação, feita em regime de adiantamento.
- (D) inválida, pois deveria ter sido realizada licitação na modalidade pregão, dada a natureza comum do objeto e o contrato deveria ter sido feito por meio de nota de empenho específica.
- (E) válida, pois a aquisição de gêneros alimentícios sempre pode ser realizada mediante adiantamento, sem necessidade de prévia licitação e formalização contratual.

38. Emerson, agente público, está respondendo a uma ação de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público. Segundo a petição inicial da ação, Emerson teria deixado de prestar contas quando estava obrigado a fazer. Em razão disso, o Ministério Público requereu a indisponibilidade de seus bens, o que foi indeferido pelo juiz sob o fundamento de que o ato ímprobo em questão não causou prejuízo ao erário ou mesmo enriquecimento ilícito. A propósito do tema e nos termos da Lei nº 8.429/92,

- (A) não está correta a decisão do juiz, pois o ato ímprobo em questão comporta o pedido de indisponibilidade de bens, não importando se inexistiu prejuízo ao erário ou enriquecimento ilícito.
- (B) pela descrição da conduta, sequer existe ato ímprobo, logo, o juiz deveria ter rejeitado de plano a petição inicial.
- (C) não está correta a decisão do juiz, pois a indisponibilidade de bens é cabível para qualquer ato ímprobo e em qualquer circunstância, sempre visando o interesse público.
- (D) está correta a decisão do juiz, pois não é cabível, na hipótese narrada, a medida de indisponibilidade de bens.
- (E) pela descrição do enunciado, foi praticada conduta expressamente prevista na lei como ato ímprobo que importa enriquecimento ilícito; logo, o juiz deveria ter deferido a indisponibilidade de bens.

39. Cristiano, servidor público federal, responde a processo disciplinar em razão de grave conduta cometida. Após a tipificação da infração disciplinar, foi formulada a indicição de Cristiano, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas. O próximo passo será sua citação para apresentar defesa escrita. Ocorre que Cristiano encontra-se em lugar incerto e não sabido, razão pela qual sua citação dar-se-á por edital. Nos termos da Lei nº 8.112/90, o prazo para defesa na hipótese narrada será de

- (A) 10 dias, contados a partir da primeira publicação do edital.
- (B) 15 dias, contados a partir da última publicação do edital.
- (C) 30 dias, contados a partir da última publicação do edital.
- (D) 25 dias, contados a partir da primeira publicação do edital.
- (E) 20 dias, contados a partir da última publicação do edital.





40. Nos termos da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração pública federal, as sanções, desde que assegurado o prévio direito de defesa, serão aplicadas por autoridade competente e
- (A) terão natureza pecuniária ou consistirão em obrigação de fazer ou de não fazer.
  - (B) terão natureza, exclusivamente, pecuniária.
  - (C) consistirão, exclusivamente, em obrigação de fazer.
  - (D) terão natureza pecuniária ou consistirão em obrigação tão somente de fazer.
  - (E) consistirão, exclusivamente, em obrigação de não fazer.

---

### Administração Pública

41. Em artigo doutrinário publicado na obra “Gestão Pública no Brasil Contemporâneo”, organizada por Evelyn Levy e Pedro Anibal Drago (Edições Fundap, 2005, p. 212/234), destaca-se, acerca da Gestão de Resultados aplicável à Administração pública no Brasil, que: *O Plano Plurianual (PPA 2000-2003), denominado Avança Brasil, trouxe mudanças de impacto no sistema de planejamento e orçamento federais, assim como na gestão pública. Com a recuperação da estabilidade da moeda e o processo de ajuste fiscal, iniciado em 1994, com o Plano Real, formou-se o entendimento de que se impunha um choque gerencial na administração pública brasileira. A decisão foi transformar o plano em instrumento de gestão, orientando a administração pública para resultados.*

Esse conceito, de Gestão de Resultados na produção de serviços públicos, dentre outros, contempla a

- I. integração dos instrumentos de orçamento, planejamento e gestão, incluindo o conceito de planejamento indicativo, com a definição de um portfólio e investimentos para o horizonte de 8 anos.
- II. existência de um plano normativo para todo o setor público federal, com o horizonte de 4 anos, organizando todas as ações em programas, tomados como referências para a formulação dos orçamentos anuais.
- III. avaliação anual dos programas, tendo como referência o exercício anterior, seguindo com a elaboração da Lei Orçamentária e, subsequentemente, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, tornando mais consistente a alocação de recursos públicos aos bens e serviços demandados pela sociedade.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I e II.
  - (B) I e III.
  - (C) II e III.
  - (D) III.
  - (E) II.
- 
42. O Programa da Qualidade do Serviço Público – PQSP, implementado na década de 1990, propugnou a implantação de um modelo de excelência em gestão pública, contemplando
- (A) a atenção prioritária ao cidadão e à sociedade, como destinatários dos serviços públicos, atuando como elemento mitigador das restrições legais que dificultam a disponibilização de tais serviços.
  - (B) a adoção, com as adaptações necessárias ao setor público, do modelo matricial de competências, com a departamentalização das atividades para melhor controle dos resultados obtidos.
  - (C) a eficiente alocação de recursos públicos, entre seus objetivos, expressada na máxima “fazer mais com menos”, que é utilizada como elemento mitigador da avaliação dos serviços pelos usuários.
  - (D) um conjunto de normas (leis, decretos e resoluções), como dimensão formal, que aferem o desempenho do servidor, tendo como métrica a eficiência, eficácia e efetividade dos serviços, e fundamentam a remuneração por resultados.
  - (E) um sistema de avaliação continuada da gestão pública, identificando os pontos fortes e os aspectos gerenciais pouco desenvolvidos, identificados na linguagem do programa como oportunidades de aperfeiçoamento da organização, que devem ser objeto de ações de melhoria.



43. O PMBOK, uma das mais conhecidas publicações do *Project Management Institute* – PMI acerca da gestão por projetos, contempla nove áreas de conhecimento, entre elas:
- (A) o mapeamento de competências, propondo o desenvolvimento de uma matriz adequada para cada projeto.
  - (B) o gerenciamento do escopo, consistente na descrição detalhada do projeto e do produto, descrevendo os processos de trabalho que asseguram a execução do projeto.
  - (C) a estrutura analítica do projeto, que diz respeito à identificação e análise dos riscos que podem comprometer o alcance dos objetivos do projeto.
  - (D) o controle de resultados, que avalia a satisfação do usuário com o grau de qualidade do produto decorrente do projeto.
  - (E) o caminho crítico, correspondente a uma representação gráfica organizada e hierárquica de todo o trabalho de um projeto.
44. Processo pode ser conceituado como um grupo de atividades realizada em uma sequência lógica com o objetivo de produzir um bem ou um serviço que tem valor para um grupo específico de clientes. Uma das classificações possíveis diz respeito aos níveis do processo, onde
- (A) macroprocesso é o *output* do processo, ou seja, sua visão externa.
  - (B) tarefa é o *input* do processo, correspondente à cada atividade que o compõe.
  - (C) subprocessos são as externalidades derivadas de um processo, podendo ser positivas ou negativas.
  - (D) processos auxiliares são aqueles ligados às estratégias utilizadas na tomada de decisão, na coordenação dos demais processos e na avaliação de resultados.
  - (E) atividade é um conjunto de tarefas com procedimentos definidos que descrevem o passo a passo para a execução de acordo com algum método/técnica.
45. A organização em forma de rede é um fenômeno importante nas estruturas sociais e organizacionais contemporâneas, tendo como característica:
- (A) adoção de modelo de gestão verticalizado, com coordenação estruturada para evitar a dispersão de informações.
  - (B) presença de estruturas rígidas de divisão do trabalho e circulação das informações em uma cadeia ramificada de comunicação.
  - (C) apresentar estruturas com pouca dispersão e concentração do trânsito de informações e um único canal de comunicação.
  - (D) modelo de gestão da comunicação hierarquizado de acordo com os papéis que os agentes desempenham na organização.
  - (E) serem policêntricas, com autonomia dos participantes, compartilhamento de conhecimentos e cooperação.
46. O planejamento estratégico, entre outras características, apresenta-se como um processo de construção de consenso que, em face da diversidade de interesses e necessidades dos parceiros envolvidos, oferece um meio de atendê-los na direção futura que melhor convenha a todos. Insere-se nesse processo a definição da “Missão” que
- (A) é a razão de ser da instituição, expressando a essência da organização, orientada para o futuro.
  - (B) traduz o consenso dos membros da organização sobre o futuro que se deseja para a instituição.
  - (C) são princípios, crenças, normas e padrões que orientam o comportamento e atuação da organização.
  - (D) são as metas a serem atingidas dentro de um horizonte definido de tempo, de acordo com a visão de futuro da instituição.
  - (E) é o compromisso da organização com a sociedade e os valores por ela defendidos de forma permanente.
47. Gestão pública e gestão privada apresentam algumas convergências importantes, mas também diferenças significativas em decorrência da natureza e regime jurídico aplicável a cada qual. A respeito do tema, considere:
- I. Os conceitos de eficiência, eficácia e efetividade são próprios da gestão privada, aplicando-se à gestão pública apenas de forma subsidiária ao princípio do interesse público.
  - II. O princípio da legalidade aplicável à gestão pública possui a mesma conotação do aplicável à gestão privada, tendo, contudo, maior prevalência na gestão pública.
  - III. O cliente da iniciativa privada paga, apenas, pelos serviços que utiliza, enquanto o cliente da Administração pública os financia através de tributos, mesmo sem usá-los.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) III.
  - (B) I e III.
  - (C) II e III.
  - (D) I e II.
  - (E) I.
48. Como etapa importante do processo organizacional, insere-se a avaliação que consiste, segundo definição doutrinária, em uma operação na qual é julgado o valor de uma iniciativa organizacional, a partir de um quadro referencial ou um padrão comparativo previamente definido. A propósito do tema é INCORRETO afirmar que
- (A) os indicadores são parâmetros que quantificam e medem os resultados, possuindo uma função descritiva e uma função valorativa.
  - (B) a avaliação de desempenho deve contemplar os níveis institucional, administrativo-gerencial e técnico-operacional.
  - (C) é a partir da definição clara de objetivos e metas que a organização irá avaliar os resultados e identificar os erros cometidos no processo de execução.
  - (D) a avaliação de desempenho promove a aprendizagem e a disseminação de conhecimento nas organizações.
  - (E) a avaliação de desempenho contempla um conjunto de metas, incluindo, necessariamente, economicidade, custo-benefício e satisfação.



### Orçamento Público

49. Considere o balanço abaixo.

BALANÇO PATRIMONIAL – 31/12/12 (em R\$)	
ATIVO	PASSIVO
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>
– Bancos..... 300,00	– Débitos de tesouraria..... 100,00
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>
– Bens imóveis..... 200,00	– Contratos..... 150,00
<b>ATIVO REAL ..... 500,00</b>	<b>PASSIVO REAL ..... 250,00</b>
	<b>ATIVO REAL LÍQUIDO ..... 250,00</b>
<b>ATIVO COMPENSADO ..... 100,00</b>	<b>PASSIVO COMPENSADO ..... 100,00</b>
<b>ATIVO TOTAL ..... 600,00</b>	<b>PASSIVO TOTAL ..... 600,00</b>

As autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária Anual – LOA são denominadas créditos adicionais, classificados como suplementares, especiais ou extraordinários. Nos termos previstos na Lei nº 4.320/64, uma das fontes legais de recursos para abertura tanto dos créditos suplementares como dos especiais é o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior. Com base nos dados do balanço patrimonial dado, o superávit financeiro para a abertura desses tipos de crédito adicional em 2013 é, em R\$, igual a

- (A) 300,00.
- (B) 200,00.
- (C) 500,00.
- (D) 250,00.
- (E) 0,00.

50. A Lei Orçamentária Anual – LOA da União previu repasse de R\$ 1.000.000,00 para a empresa ABC S.A., de fins lucrativos. Esse fato

- (A) contraria a Lei nº 4.320/64, que não admite repasses públicos à empresa com fins lucrativos.
- (B) contraria a Lei nº 4.320/64, que não admite repasses a sociedades anônimas.
- (C) não contraria a Lei nº 4.320/64, desde que o repasse tenha sido expressamente autorizado em lei especial.
- (D) não contraria a Lei nº 4.320/64, desde que a empresa atue no setor da educação, saúde ou assistência social.
- (E) não contraria a Lei nº 4.320/64, desde que o valor repassado não corresponda a mais de 1% do total das subvenções do exercício anterior.

51. A Sra. Maria da Silva obteve sucesso em pleito judicial em face da União, cujo objeto do processo era o pagamento de R\$ 1.000.000,00 em razão da desapropriação de sua casa. Em atendimento à ordem geral de apresentação dos precatórios, foi aberto crédito adicional para o pagamento, tendo constado na dotação orçamentária respectiva: “Pagamento de precatório em favor de Maria da Silva, no valor de R\$ 1.000.000,00”. Essa situação confirma ilegalidade porque

- (A) não pode ser aberto crédito adicional para o pagamento de precatório.
- (B) precatório de R\$ 1.000.000,00 ou mais deve integrar lista específica e prioritária.
- (C) antes de abrir o crédito adicional, em razão do valor, a União deve renegociar o montante do precatório.
- (D) não é permitida a designação expressa do nome do credor na dotação orçamentária do precatório.
- (E) pagamentos relativos à desapropriação independem de precatório.

52. O Poder Judiciário Federal publicou documento referente ao período de setembro a dezembro de 2010, assinado, inclusive, pelo responsável pelo controle interno, contendo as seguintes informações: comparativo da despesa com pessoal com o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, distinguindo a realizada com inativos e pensionistas; demonstrativo do último quadrimestre referente à disponibilidade de caixa em 31/12; inscrição de restos a pagar. O documento publicado foi o

- (A) Relatório Resumido da Execução Orçamentária.
- (B) Relatório de Gestão Fiscal.
- (C) Relatório Comparativo entre as Metas Fixadas e os Resultados Alcançados.
- (D) Anexos do Balanço Patrimonial com base em 31/12/10.
- (E) Relatório Gerencial Quadrimestral.

53. O Poder Judiciário da União necessitou acionar o mecanismo de controle de limitação de empenhos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Os critérios e a forma para que isso seja feito devem estar previstos

- (A) no anexo de metas fiscais.
- (B) no anexo de riscos fiscais.
- (C) no Plano Plurianual – PPA.
- (D) na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.
- (E) na Lei Orçamentária Anual – LOA.



54. A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF estabelece que a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa será acompanhada de estimativa de impacto orçamentário-financeiro e de declaração do ordenador de despesa atestando adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual – LOA e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e o Plano Plurianual – PPA. É EXCEÇÃO legal a essa regra a despesa
- (A) considerada irrelevante, nos termos da LDO.  
(B) de caráter continuado.  
(C) realizada sob o regime de adiantamento.  
(D) relacionada com os setores da saúde, educação e assistência social.  
(E) da área finalística do órgão.
55. O princípio orçamentário da especificação, também denominado discriminação ou especialização, veda a consignação na Lei Orçamentária Anual – LOA de dotações globais destinadas a atender indiferentemente as despesas com pessoal, transferências ou quaisquer outras. Alguns tipos de dotação de despesa, todavia, podem ser previstos de forma global, como é o caso da destinada a
- (A) licitações.  
(B) convênios.  
(C) encargos sociais.  
(D) reserva de contingência.  
(E) aposentadoria.
- Administração de Recursos Humanos**
56. Sobre as fases evolutivas dos modelos de gestão de pessoas considere:
- I. A busca pela efetividade de pessoal, por meio de um elo entre o perfil dos colaboradores atuais e a visão de futuro da organização, caracteriza a Administração de Pessoal.
- II. A motivação e a liderança constituem aspectos cruciais na fase do modelo Gestão do Comportamento Humano.
- III. Os processos de pagamento, bem como atendimento aos aspectos formais da relação contratual, representam a Administração Estratégica de RH-AERH.
- IV. O Modelo de Gestão por Competências representa a construção de formas de gestão mais orgânicas.
- Está correto o que consta em
- (A) II, apenas.  
(B) I, II e IV, apenas.  
(C) I, III e IV, apenas.  
(D) II e IV, apenas.  
(E) I, II, III e IV.
57. Após receber resultados ruins, determinada empresa contratou um renomado consultor, iniciando um processo que resultará em reestruturações e, simultaneamente, uma visão sistêmica e comprometimento dos empregados frente às novas metas organizacionais. Esse processo, conhecido como modelo de Lewin, é também chamado de
- (A) Mudança Incremental.  
(B) Mudança Contingencial.  
(C) *Change Management*.  
(D) Desenvolvimento Organizacional.  
(E) Reengenharia.
58. Devido à subjetividade existente em um processo de Avaliação de Desempenho Humano, um dos enganos cometidos pelo avaliador é o *efeito halo* que julga o avaliado
- (A) conforme as preferências do avaliador, na maioria das vezes, desconsiderando as diferenças demonstradas pelo avaliado.  
(B) com base em um único traço de personalidade que, generalizado, leva a uma avaliação positiva ou negativa.  
(C) apenas com base no bom senso, sem discernir as informações importantes das irrelevantes.  
(D) da mesma forma que nos períodos anteriores, sem conseguir apontar variações de desempenho.  
(E) considerando apenas os últimos acontecimentos, em detrimento dos anteriores ocorridos ao longo do ciclo de avaliação (12 meses).
59. A diretoria de uma organização internacional, renomada em seu mercado de atuação, está em processo de mudança cultural e percebe a ocorrência do fenômeno da contracultura por parte de alguns gerentes, em uma de suas filiais. Decide, então, adotar uma postura empresarial policêntrica que
- (A) sustenta a crença que são superiores às demais organizações em termos culturais e fazem prevalecer os seus valores originários (da matriz ou do seu país de origem).  
(B) adota um *mix* entre a cultura originária e a cultura local, mantendo os valores e procurando adaptar-se às diferenças locais.  
(C) pratica, exatamente, o oposto aos valores originários; parte da premissa que o local que a hospeda pratica uma cultura que ela considera mais conveniente adotar, implementando atitudes e procedimentos da cultura local.  
(D) elimina os integrantes que oferecem ameaça ao processo de mudança.  
(E) não se importa em conviver com o fenômeno da contracultura, aceitando os conflitos entre as pessoas e conduzindo normalmente o processo de mudança.
60. Paulo, gestor de RH da Empresa Sol S.A., adotará, para o próximo ano, a Administração Estratégica de RH-AERH. Dentro desse contexto, seu enfoque será em
- I. formular planos de carreira e preparar sucessores.  
II. recompensar de acordo com os resultados da organização.  
III. treinar colaboradores nas necessidades citadas na Descrição de Cargo.  
IV. recrutar pessoas e validar critérios de seleção.
- Está correto o que consta em
- (A) I e III, apenas.  
(B) I e II, apenas.  
(C) II e III, apenas.  
(D) III e IV, apenas.  
(E) I, II e IV.



**DISCURSIVA-REDAÇÃO**

**Atenção:**

- Deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 linhas e máximo de 30 linhas.
- Conforme Edital do Concurso, será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Redação que for assinada, na folha de respostas definitiva, fora do campo de assinatura do candidato, ou apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato.
- NÃO é necessária a colocação de Título na Prova Discursiva-Redação.
- Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva-Redação.
- A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta).

**Texto I**

*Para alguns, a polêmica suscitada pelo projeto de lei que propõe acabar com a necessidade de autorização prévia para a publicação de biografias esbarra no art. 5º, inciso X, da Constituição Federal de 1988, segundo o qual "são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação".*

**Texto II**

*O historiador anda sempre às voltas com a linha difusa entre resgatar a experiência dos que viveram os fatos, reconhecer nessa experiência seu caráter quebradiço e inconcluso, interpelar seu sentido. Escrever sobre uma vida implica interrogar o que os episódios de um destino pessoal têm a dizer sobre as coisas públicas, sobre o mundo e o tempo em que vivemos.*

(Adaptado de: STARLING, Heloisa e SCHWARCZ, Lilia Maritz. Disponível em [www1.folhareal.com.br/ilustrissima/2013](http://www1.folhareal.com.br/ilustrissima/2013))

A partir dos textos acima, redija um texto dissertativo-argumentativo a respeito do seguinte tema:

**A distinção entre os interesses coletivos e os individuais na elaboração da memória pública**

01
02
03
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30